

Sumário

Apresentação	7
1. Em busca de um método de investigação para os fenômenos diacrônicos	
GRUPO DE MORFOLOGIA HISTÓRICA DO PORTUGUÊS	11
2. Desafios em morfologia: história e (re)conhecimento	
GRAÇA MARIA RIO-TORTO	31
3. Derivação ou terminação: limites para a semântica, lexicologia e morfologia históricas	
MÁRIO EDUARDO VIARO	
MICHAEL J. FERREIRA	
ZWINGLIO O. GUIMARÃES FILHO	58
4. Estudo comparativo do sufixo <i>-aria/-eria</i> nas línguas ibero-românicas do Noroeste Peninsular	
VALÉRIA GIL CONDÉ	106
5. O sufixo <i>-ada</i> em português — Aspectos semânticos e diacrônicos	
MARTIN BECKER	118

6. O sufixo latino <i>-dō</i> e grego <i>-dōv</i> : origem e desenvolvimento DANIEL KÖLLIGAN	154
7. Algumas características do sufixo <i>-ista</i> NILSA AREÁN-GARCÍA	190
8. A origem do sufixo <i>-ismo</i> : da língua grega à latina e desta à portuguesa VANDERLEI GIANASTACIO	220
9. O sufixo <i>-mento</i> sob uma perspectiva diacrônica ÉRICA SANTOS SOARES DE FREITAS	243
10. Origem e análise semântica dos sufixos <i>-agem</i> , <i>-igem</i> , <i>-ugem</i> , <i>-ádego</i> , <i>-ádigo</i> e <i>-ádiga</i> ANIELLE APARECIDA GOMES GONÇALVES	263
11. Estudo semântico-histórico do sufixo <i>-udo</i> ALICE PEREIRA SANTOS	283
12. O surgimento de <i>-ntia</i> e sua disseminação nas línguas neolatinas ANDRÉA LACOTIZ	308
13. Mudanças semânticas no sufixo <i>-ada</i> MÔNICA YURIKO TAKAHASHI.....	335
Sobre os Autores	351

Apresentação

Esta obra reflete o trabalho do Grupo de Morfologia Histórica do Português (GMHP), ligado ao CNPq como projeto de pesquisa homônimo da área de Filologia e Língua Portuguesa, do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas (DLCV) da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da Universidade de São Paulo. Trata-se de um grupo interdisciplinar que se tem dedicado aos estudos diacrônicos da flexão, derivação e composição da língua portuguesa. A ele vinculam-se profissionais de vários institutos de pesquisa. Além disso, o grupo foi recentemente integrado às atividades do Núcleo de apoio à pesquisa em Etimologia e História da Língua Portuguesa (NEHiLP), da Pró-reitoria de Pesquisa (PRP) da mesma universidade. Entre alguns dos objetivos do GMHP (e do NEHiLP) estão:

- a catalogação das palavras derivadas por sufixação do português atual;
- o estabelecimento de critérios semânticos de classificação para definir os significados dos sufixos, separando, dessa forma, a palavra de étimo válido dos casos de homonímia e de falso étimo, bem como prevendo os fenômenos de convergência e divergência etimológica;
- a descrição de outros mecanismos de formação de palavras (prefixação, composição, derivação regressiva, entre outros) e da flexão na língua portuguesa do ponto de vista diacrônico;

- a compreensão das diferenças de produtividade no quadro da diversidade do português brasileiro e da variação da língua portuguesa em todos os países lusófonos;
- a análise da produtividade da língua portuguesa, comparando-a com a das línguas neolatinas, sobretudo da Península Ibérica;
- investigação etimológica dos empréstimos (sobretudo do francês e do inglês) e do estudo da transmissão das palavras derivadas ou de seus componentes para as demais línguas, românicas ou não;
- o aperfeiçoamento da datação (*terminus a quo*) com mais precisão de fenômenos e acepções de palavras.

Ao longo dos oito anos de trabalho, a pesquisa desenvolvida pelo GMHP tem sido extremamente prolífica, tal como se reflete nos seus encontros mensais (*Seminários do GMHP*). Isso só foi possível mediante o apoio de vários setores vinculados à pesquisa e ao ensino, não só ao DLCV e à PRP, acima mencionados, mas também ao Centro de Computação Eletrônica da USP (CCE/USP), onde se hospeda a página do grupo de pesquisa (<www.usp.br/gmhp>), e à Pró-Reitoria de Graduação (PRG/USP), responsável por bolsas de iniciação científica que foram fundamentais para o desenvolvimento de pesquisadores. Igualmente importante foi o auxílio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), órgãos que proporcionaram diversas bolsas de iniciação científica, mestrado, doutorado e pós-doutorado, possibilitando o desenvolvimento da pesquisa com a qualidade que agora apresentamos.

Nesta breve apresentação do Grupo, deixo os agradecimentos especiais a todos os integrantes do GMHP, pela sua determinação, seriedade e companheirismo ao longo de tanto tempo, em especial ao físico Zwinglio O. Guimarães Filho, que, em sua colaboração, tanto nos auxiliou no tratamento de dados. Também à Profa. Dra. Graça Maria Rio-Torto (Departamento de Línguas, Literaturas e Culturas/Celga — Faculdade de Letras — Universidade de Coimbra) pelo acolhimento de nossos pesquisadores, na qualidade de orientadora de doutorado e supervisora de pós-doutorado.

Também gratos somos a Nilsa Areán-García, pelo constante engajamento e preocupação com a divulgação impressa e eletrônica de nossas pesquisas e seminários mensais. Por fim, a Érica Santos Soares de Freitas, pela participação sempre ativa e pela minuciosa primeira revisão dos textos aqui apresentados.

Mário Eduardo Viaro (USP)

gmhp@usp.br

1

Em busca de um método de investigação para os fenômenos diacrônicos

Grupo de Morfologia Histórica do Português (GMHP)

Sobre a língua portuguesa não se desenvolveu, para além das listagens existentes nas antigas gramáticas históricas, um estudo diacrônico de questões morfológicas, tanto em morfologia flexional, quanto em morfologia derivacional. No segundo aspecto, aliás, não há praticamente nenhum estudo sistemático e exaustivo. A razão disso decorre de uma grande lacuna de pesquisas etimológicas em português. Nesse sentido, Antônio Geraldo da Cunha (1924-1999) talvez tenha sido um pioneiro em língua portuguesa, uma vez que o *Dicionário etimológico*, de José Pedro Machado (1952-1959), embora forneça fartas abonações, indica, na maior parte das vezes, apenas o século da primeira ocorrência. Datações específicas aparecem já no *Dicionário etimológico*, de Cunha (1982) e em seu *Dicionário etimológico de palavras de origem tupi* (1978), mas a publicação integral de seu extenso trabalho ainda é esperada. Não dispomos, para a

língua portuguesa, de um dicionário etimológico com a qualidade de um Corominas (1954-1957). Toda a pesquisa de Cunha se encontra, ainda, sob a forma de fichas, na Casa Rui Barbosa, no Rio de Janeiro, com publicações parciais na década de 1980 e de 1990. Parte substancial dos dados aparece no *Dicionário Houaiss* (2001) e no *Vocabulário Histórico-Cronológico do Português Medieval* (2006).

Fundado em reuniões desde 2005, o Grupo de Morfologia Histórica do Português (GMHP) conta com diversos pesquisadores do Brasil, Estados Unidos, Portugal e Alemanha, cujo primeiro e principal objeto foi detalhar como as mudanças semânticas de *cada* sufixo derivacional em português se processaram ao longo do tempo. Para tal, a datação vocabular se apresenta como umas das informações principais. Objetivou-se, portanto, uma abordagem semântica e histórica. Desde as primeiras reuniões do grupo, algumas questões foram escolhidas consensualmente como preocupações comuns, de modo que servissem de norte a todos os pesquisadores, garantindo assim uma certa homogeneidade na análise com relação aos problemas investigados.

Por meio de planilhas e listas exaustivas extraídas de dicionários, as seguintes indagações — estabelecidas inicialmente em um manual de uso interno — deveriam ser respondidas para cada vocábulo que dispunha de um *suposto* sufixo:

a) *qual a palavra analisada?*

Neste campo da planilha, simplesmente, entraria o vocábulo *supostamente* sufixado, devido à sua terminação. Uma planilha do sufixo *-eiro*, por exemplo, é composta exclusivamente de palavras terminadas em *-eiro*, *-eira*, *-eiros*, *-eiras*, *-eirinho*, *-eirice*, *-eireiro*, *-eirar* etc. Por cautela — para não serem feitas generalizações indevidas — não entram nela palavras com outros sufixos, ainda que com a mesma etimologia: tanto *-eiro* quanto *-ário* são formas divergentes do mesmo étimo latino (*-arium*), mas formam duas planilhas distintas. Observou-se que quando o sufixo não é final, muitas vezes, conservam-se características semânticas antigas extremamente desejáveis à pesquisa diacrônica (pois revelam uma etapa

anterior à nova sufixação que ocupa posição final); contudo, sua depreensão é mais complexa, pois as listagens automáticas não as revelam rapidamente e os buscadores se tornam ainda menos eficientes por listarem elementos da raiz (numa busca automática por *-eir-* por exemplo, aparecem palavras como *beirada*), sendo necessário coletá-las uma a uma, razão pela qual normalmente caracterizam uma segunda etapa — mais avançada — de investigação.

b) *de qual sufixo se trata?*

É sabido que há dois fenômenos importantes detectados pela linguística histórica há muito tempo: a convergência e a divergência. Muitas palavras com uma *terminação* idêntica não contêm necessariamente o mesmo *sufixo*. Dessa forma, do ponto de vista diacrônico, nem toda palavra terminada em *-eiro* é, de fato, sufixada em *-eiro*. Pode ocorrer uma coincidência de formas: o tupi *makaxéra* gerou *macaxeira*, ora, a terminação *-éra* em tupi não equivale ao mesmo sufixo de *pereira*, que proveio do latim **pirariam*. Nesse caso, a palavra *macaxeira* não se analisa. Mas descartar as palavras pseudossufixadas é apenas um primeiro momento: o caso da convergência de formas se deve ao fenômeno da etimologia popular nas sincronias, não sendo impossível haver convergência semântica posterior paralelamente à convergência formal. Outros sufixos portugueses se formaram por meio da convergência de dois ou mais sufixos latinos. Distinguir, por meio da origem, o sufixo “típico” de eventuais casos convergentes torna-se o primeiro passo para estabelecer a genealogia das mudanças semânticas. Também a divergência é importante e motivada sobretudo pelo cultismo. Desse modo, podemos dizer que o grego *-árior* ou o latim *-orius* e *-arius*, em algumas palavras, *convergem* em três sufixos *-eiro* homônimos, cuja *mescla semântica* está longe de ser excepcional. Da mesma forma, o *-arius* latino se *diverge* em *-ário* e *-eiro* em português, cujo *paralelismo semântico* também se pôde detectar. Separar os três *-eiro* no primeiro caso e juntar os dois sufixos provenientes de *-arius* no segundo afigura-se um passo metodológico importante, antes de se chegar a conclusões.

c) *qual a classe morfológica do resultado?*

A palavra resultante da sufixação pertence a uma ou mais classes morfológicas. Elas precisam ser discriminadas, para saber se se trata de um sufixo nominalizador, adjetivador, verbalizador ou adverbializador. O mesmo sufixo pode ter várias funções. O GMHP entende que essa *função* está estritamente ligada às classes morfológicas e, como tal, não esgota o *valor semântico* do sufixo, de modo que se distinguem *função* e *significado* do sufixo. Essa distinção é feita com maior ou menor clareza, dependendo do sufixo envolvido. Normalmente sufixos formadores de abstratos deverbais, por exemplo, se voltam exclusivamente para a função, enquanto outros, como o *-eiro* formador de nomes de árvores frutíferas, além de nominalizadores, possuem uma carga semântica própria. Prova disso é que formam substantivos concretos, cujo *gênero*, no sentido aristotélico (ou hiperônimo, no jargão linguístico), deve-se mais ao sufixo do que ao radical. Por exemplo, *pedreiro* é uma profissão por causa de *-eiro* e não um mineral, por causa do radical *pedr-*. Isso ocorre com muitos sufixos derivacionais nas línguas indo-europeias.

d) *qual o étimo da palavra?*

Trata-se de uma etapa extremamente importante para a morfologia histórica, uma vez que se investiga, quando possível, a palavra que deu origem ao vocábulo. Nesse caso, o GMHP tem sido auxiliado pelas pesquisas do Núcleo de Apoio à Pesquisa em Etimologia e História da Língua Portuguesa (NEHiLP). Apenas no caso de falta de étimo propriamente dito, escolhe-se a base primitiva sobre a qual a derivada se formou. Nesse caso, estaríamos perante uma derivação propriamente dita.

Assim, de *mangueira*, extrai-se *manga*. Já no caso de palavras vindas do latim, independentemente de a fonte ser segura ou reconstruída, trabalha-se com o étimo da palavra e não com o radical. Assim, *cavaleiro* não viria de *cavalo*, mas do latim *caballarius*, da mesma forma que *peireira* provém de um hipotético latim **pirariam*. O mesmo ocorre com os empréstimos.

Propôs-se que se não houver certeza da etimologia, o campo deveria ser deixado em branco até que se efetue uma análise detalhada do vocábulo. Nos casos de raiz determinável, mas sem associação direta a uma palavra existente em português, latim ou outra língua, convencionou-se anotar apenas o radical, ainda que vazio. Dessa forma, para *carpinteiro*, o étimo preferível é *carpint-* e não *carpintaria*, uma vez que ficaria inexplicada a subtração de um sufixo por outro. Também o “étimo” de *corre-ria* seria *corr-* e não *correr*, pois o elemento interfixal *-er-* não é de todo esclarecido.

Quando houvesse caso de convergência com palavras sem sufixos (como o caso de *macaxeira*), convencionou-se que este campo ficaria vazio.

e) qual é o processo de transmissão?

Para refinar as informações anteriores, é preciso saber se a palavra é de fato vernácula ou é um empréstimo e no caso de provir do latim, de qual variedade específica (popular, clássico, medieval ou científico). A separação da pergunta *d* e *e* tem fins estatísticos.

Como apontamos em outra obra¹, é uma prática tão antiga quanto abusiva indicar o étimo pelo acusativo latino, uma vez que as formas no acusativo refletem apenas palavras do latim vulgar, mas nem todas as palavras de origem latina tiveram um único modo de transmissão. Dessa forma, somente os termos em latim popular mereceriam esse tipo de notação (e preferentemente sem indicar a apócope do *-m*), uma vez que formas cultas, medievais e científicas não passaram pelas mesmas regras fonéticas das formas populares e, portanto, deveriam ser indicadas no nominativo. A facilidade de padronização conduz a leituras errôneas com relação à transmissão. Quando não se sabe exatamente qual foi o processo de transmissão (por exemplo, por causa da indefinição das leis fonéticas) preferiu-se a indicação no *nominativo*, mesmo para os casos dos termos semieruditos.

1. Viaro, Mário Eduardo. *Etimologia*. São Paulo: Contexto, 2011. p. 110, 128 *passim*.

f) qual é o grau de certeza dessa etimologia?

Um questionamento acerca do grau de certeza etimológico aparece em uma nota de Otto Jespersen:² “*Obviamente é impossível dizer em que proporção as etimologias dadas pelo dicionário deveriam ser classificadas estritamente sob algum dos seguintes títulos: (1) certas, (2) prováveis, (3) possíveis, (4) improváveis, (5) impossíveis — mas temo que as primeiras duas classes seriam as menos numerosas*”. De fato, o emprego tradicional do asterisco, em linguística histórica, ou de pontos de interrogação, tem ambiguidade indesejável numa pesquisa que se pretende mais cautelosa.

Quando o étimo existir de fato em documentos e a ele apenas se aplicam as leis fonéticas para explicar a *forma* da palavra portuguesa, dizemos que ele é *seguro*, ainda que o *significado* da palavra em questão se tenha modificado. Nessa categoria estaria, portanto, tanto a palavra *sensível*, que viria do nominativo *sensibilis*, com o mesmo sentido, quanto *cavaleiro*, que viria do acusativo *caballarium*, mas significava “criador de cavalos”.

Diz-se que o étimo é *hipotético*, quando reconstruído a partir do português e das outras línguas em que a palavra foi difundida (românicas ou não). Quanto maior o número de línguas envolvidas nessa reconstrução (excluído o caso de divulgação por empréstimo), mais próximo esse étimo estará do título de *seguro*. Igualmente seguro é o caso dos étimos provenientes de línguas marginais, reforçado pela falta de contato entre as línguas, excluída, como sempre, a hipótese do empréstimo. Assim, um étimo, reconstruído a partir apenas do português, é pouco seguro, pois a reconstrução seria *ad hoc*. Outro, feito sobre o português e espanhol, seria um pouco mais seguro, mas contra ele está o íntimo contato das línguas. Um outro étimo, formado a partir do português e francês, não tem segurança maior do que entre espanhol e português, pois, apesar do contato geográfico ser menor, a influência cultural do francês acabou transpondo fronteiras.

2. *It is of course impossible to say how great a proportion of the etymologies given in dictionaries should strictly be classed under each of the following heads: (1) certain, (2) probable, (3) possible, (4) improbable, (5) impossible — but I am afraid the first two classes would be the least numerous* (Jespersen, Otto. *Language: its nature, development and origin*. London: George Allen & Unwin, 1922. p. 307, nota 1).

Já um étimo formado a partir do português e romeno está mais próximo do seguro do que do hipotético, desde que não seja empréstimo recente. Obviamente, em todos esses casos, o significado influencia muito o julgamento e não só línguas românicas devem ser levadas em conta (o basco, o albanês, o árabe, o inglês, por exemplo, são, muitas vezes, decisivos, pois importaram palavras do latim ou do romance).

Diz-se que o étimo é *duvidoso* quando é necessária a aplicação de leis fonéticas irregulares seja na base seja no sufixo a partir de um termo documentado. A questão semântica novamente não se coloca aqui.

Por outro lado, diz-se que o étimo é *incerto* quando, além de leis fonéticas irregulares, é preciso trabalhar com formas reconstruídas.

g) *qual o grau de certeza do significado?*

Para analisar melhor os casos, o significado é separado do significante, de modo que se verifica, também separadamente, se o significado do termo analisado é *idêntico* ao do étimo ou *distinto* dele. Dessa forma, o étimo *sensibilis* acima mencionado não tem o mesmo *status* do de *caballarium*, uma vez que o significado de *sensibilis* praticamente não mudou no português *sensível*, ao passo que *caballarium* e *cavaleiro* têm significados distintos: o termo *caballarius* em latim seria o “criador de cavalos (de má qualidade)” ou o “escudeiro”. No caso de palavras hipotéticas, duvidosas e incertas, podem-se também separar — do ponto de vista do significado — reconstruções *transparentes* (autoexplicativas, pela analisabilidade dos significados do radical e do sufixo) das *obscuras* (nas quais a analisabilidade requer explicações extras).

h) *a palavra é analisável?*

Dada uma palavra com um suposto sufixo, impõe-se a questão da *analisabilidade*. Há, contudo, muitos casos especiais.

Sob esta ótica, diz-se que uma palavra é *analisável* se se trata do étimo esperado (no caso de *-eiro*, um vocábulo latino derivado em *-arius/-arium*). O GMHP entende que casos em que há alguma intermediação

são considerados analisáveis. Por exemplo, as palavras *estrangeiro* e *ligeiro* vêm do francês, mas o sufixo francês *-er* dos seus respectivos étimos equivalem a *-arius*, portanto, são verbetes analisáveis. O mesmo ocorre quando o étimo imediato remeter à terminação *-ero* do castelhano ou a *-aio* do italiano, por exemplo.

Obviamente, surgem situações em que há certa dúvida. São comuns palavras com mais de um étimo dentre os quais um deles contém a condição de analisabilidade e os outros, não. Também alguma dúvida surge, vez ou outra, quando a origem do étimo é desconhecida. Todos esses casos merecem análise minuciosa e não uma tomada de decisão que exclua as demais hipóteses sem a verificação necessária.

Portanto, para o GMHP, uma palavra *não* seria analisável:

- se contiver falsos sufixos, ou seja, possui terminação convergente, do tipo *cadeira* < *cathedram* (não se trata de um composto em *-ariam*). Essas palavras, contudo, não são rechaçadas *in limine*, uma vez que reforçam o molde formal. Entram aqui não só palavras de origem latina, mas também germânica, indígena, africana, árabe, cuja terminação lembre a do sufixo. Obviamente as que, de fato, têm o sufixo estudado sobre uma raiz de origem germânica, indígena, africana ou árabe são analisáveis;
- se for composta por prefixação recente e se a palavra tiver significado facilmente componível por meio de uma paráfrase que reflita mera soma do prefixo+palavra restante (normalmente têm esse comportamento algumas palavras prefixadas com *ante-*, *in-* ou *i-*, *des-*, *co-*, *sobre-*, *sob-*, *contra-*, *anti-*, *semi-*). Por exemplo: *insensível*, que facilmente se compõe de *in+sensível* por meio de uma paráfrase negativa $_{in}[X = \text{“que não é X”}$. Apesar desse recorte, o GMHP está consciente de que a palavra *insensível* tem uma história independente de *sensível*, mas concentra, num primeiro momento, seus esforços no estudo dos sufixos, cuja diacronia é menos conhecida. Portanto, admite-se que palavras formadas por prefixação analisável sincronicamente sejam formadas *depois* das suas equivalentes não prefixadas. Contudo, são consideradas analisáveis as palavras formadas com prefixação antiga, cuja decom-

posição não seja uma mera soma do prefixo+palavra restante: uma palavra como *imposição*, por não ser parafraseável, historicamente, como *in+posição*, é considerada analisável;

- se a palavra for composta a partir de outros radicais (gregos, latinos ou vernáculos), como *hortifrutigranjeiro* e *agroecologia*. Em alguns casos, sob uma ótica sincrônica, é comum afirmar que um sufixo se mescla a um radical, como *-meria*, *-logista* ou *-gráfico*, formando uma nova unidade. Não é a nossa postura a respeito do assunto;
- se a palavra for composta por justaposição do tipo *abóbora-de-carneiro*. Este recorte só se justifica pela já explicada necessidade inicial de datação dos significados do sufixo. Obviamente palavras compostas por justaposição têm datação distinta de suas correspondentes simples (e muitas vezes o significado da palavra altera-se de forma substancial, como em *pé de moleque*). São analisáveis, no entanto, palavras que acrescentaram sufixo sobre uma base justaposta (como em *roupa-velheiro*, a partir de *roupa velha*). Também ocorre o caso de o elemento que leva o sufixo não aparecer como palavra independente. Quando, por exemplo, não se encontra o termo isoladamente, também se deve analisar (por exemplo, no *Dicionário Houaiss* não há o termo **gameleiro*, embora haja dois verbetes compostos dele: *sapo-gameleiro* e *bem-te-vi-gameleiro*);
- palavras com variação ortográfica ou regional. Nesse caso, analisa-se a forma mais antiga e exclui(em)-se, por recorte, a(s) outra(s). No caso de as variantes não serem datadas, é preciso escolher uma delas, sob a qual as demais ficariam referidas, até maior esclarecimento. Por exemplo, se há *camerlengo* e *camarlengo*, analisa-se, num primeiro momento, apenas a primeira, por exemplo. O mesmo para variações de interfixos: *cajaeiro* ~ *cajazeira*. Também casos de prótese ou aférese ocorrem: *arruaceiro* ~ *ruaceiro*. Contudo, palavras sinônimas que possuem sufixos distintos são consideradas analisáveis: *sambeiro* ~ *sambista*. Tais palavras, aliás, são importantes para questões semânticas e de competição sufixal. Quando existirem sinônimos sem sufixo, obviamente só as formas

sufixadas são consideradas analisáveis: *bilimbeiro* ~ *bilimbi*, *araçaeiro* ~ *araçá-de-coroa*, *babeiro* ~ *babadouro* ~ *flor-de-babado*. Também são analisáveis os casos de sinônimos com bases distintas: *sinceiro* ~ *salgueiro*. Em *cachamorreiro* ~ *cachaporreiro* ~ *caceteiro* apenas duas formas são analisáveis: *cachamorreiro*, por exemplo, e *caceteiro*. A forma *cachaporreiro* é interpretada, num primeiro momento, como variante de *cachamorreiro*;

- reduplicações (do tipo *cheira-cheira*), que seguem a mesma regra dos compostos;
- homônimos gerados por simplificação de formas justapostas, que são tratados como homônimos normais. Dessa forma, *bombardeiro* tem dois homônimos. O primeiro é analisável, já o segundo remete a *besouro-bombardeiro* e é excluído provisoriamente pela regra *e*. Ou seja, é apenas uma redução de uma justaposição. O mesmo com *fuzileiro*, que pode ser uma redução de *fuzileiro naval*;
- flexões (plurais de nomes e formas verbais diferentes do infinitivo de outras palavras analisáveis);
- palavras de origem obscura ou totalmente desconhecida.

i) *há outros elementos de formação?*

Reconhecidos o radical e o sufixo, pode haver outros elementos presentes na formação da palavra (sufixos internos, prefixos, interfixos, vogais e consoantes de ligação, formas anômalas de sufixos). Trabalhando com o sufixo *-dade*, o pesquisador que depare com a palavra *indecomponibilidade* deve observar que ele também serve para os prefixos *in-*, *de-* e *com-* e para o sufixo *-ível*. O vocábulo *verdoengo* forma-se com o sufixo *-engo*, mas também com a vogal de ligação *o*. O étimo de *sengo* é **senicum*, portanto, deve ser analisado juntamente com o sufixo *-ico* e não com o sufixo *-engo*.

j) *qual a difusão da palavra?*

É preciso verificar se o étimo gerou palavras em outras línguas além do português. Assim, se ocorre no português e galego, trata-se de uma

palavra provavelmente formada no Noroeste Ibérico (ou apenas conservada ali); se ocorre no português, galego, espanhol e catalão, teve, contudo, uma difusão em toda Península Ibérica. Importante é verificar se há palavras cognatas que ocorrem nas outras línguas ibero-românicas (e no basco), com exceção do português e do galego. Tais línguas podem conservar dados e informações importantes para a reconstrução de sincronias pretéritas. Outras palavras têm distribuição em línguas românicas fora da Península Ibérica (por conservação ou por empréstimo) e até fora da România (inglês, alemão, russo, japonês etc.). Nada deve ser descartado quando se investiga o étimo de uma palavra, mas os empréstimos precisam ser colocados dentro de uma cronologia a mais correta possível.

l) *qual a paráfrase da palavra?*

Importantíssimo para entender o significado do sufixo é traduzir a palavra na forma de uma paráfrase, inserindo nela o elemento presente no radical. Para evitarem-se deduções que possam conduzir a algum anacronismo, a paráfrase deve ser feita sobre o *significado original* da palavra, ainda que não seja o sentido mais corrente hoje em dia (às vezes, de fato, não existe mais) e sobre a *língua de origem*, pois parafrasear em português palavras provenientes ou decalcadas de outras línguas seria falsear dados que pretendem ser históricos. Portanto, a palavra deve ser parafraseada com o valor semântico do radical presente *no momento de sua primeira abonação* (ou por meio da reconstrução do sistema) em latim, francês etc. Palavras com radical opaco não são parafraseáveis, exceto se se conhece seu significado no momento de sua formação. Deve-se distinguir claramente o *significado de toda a palavra* (que sofre mudanças semânticas por metáfora, metonímia, ampliação, restrição etc.) do *significado do sufixo* (que nos interessa). Um verbete não parafraseável será, portanto, também não analisável.

Entenda-se, nos casos seguintes, X como uma base lexical (sobretudo nominal) e V como uma base especificamente verbal (com ou sem preposições de sua regência). Evitam-se paráfrases com os termos “coisa”, “relacionado com”, “ato”, “produto” e, sempre que preciso, utilizou-se o termo antecedente dos relativos quando o núcleo semântico da palavra

fosse refletido pelo sufixo, como: “pessoa que V”, “objeto que V”, “que mora em X”, “que vem de X”, “que segue o ensinamento de X”, “que pertence a X”, “X de má qualidade”, “grande quantidade de X”, “que lembra um X”, “próprio de X”, “que V muito”, “que frequenta X”, “que se ocupa com X”, “que V”, “que pensa como X”. Esse é o primeiro passo. Contudo, ao agruparem-se as palavras, o significado do sufixo será uma abstração feita sobre essas paráfrases, de modo que o significado sufixal “que V (algo)” deve ser entendido como um deverbal, como, por exemplo, *lavadeira*, em que algo = “roupa” não está expresso (e, por isso, está entre parênteses). Por outro lado, “que (V) X” quer dizer que o verbo se subentende e se trata de um denominal que faz as vezes de complemento do verbo reconstruído (é o caso, por exemplo, de *pedreiro*, em que V = “trabalhar com”, não expresso).

O GMHP assume, portanto, que cada verbete tem três tipos de significado: *o significado da base* (quando for detectável), *o significado do sufixo* e, por fim, *o significado da palavra toda*. Interessa ao grupo apenas o significado do sufixo, uma vez que o significado da palavra caracterizaria uma pesquisa de lexicologia ou de semântica histórica e não de morfologia histórica. Um exemplo aparentemente esclarecedor é o caso de *barbeiro*, que tem a base *barb-* à qual se agrega o sufixo *-eiro* para criar um novo significado, portanto, o *significado do radical barb-* (“conjunto específico de pelos”) independe do *significado do sufixo -eiro*, a saber, “(pessoa) que (V) X” (em que V = “trabalha com”) e, por fim, o *significado da palavra barbeiro* independe de ambos, embora seu significado primeiro fosse o resultado composicional da soma das duas partes. A existência desse terceiro significado independente (que justifica uma lexicologia histórica distinta de uma morfologia histórica) fica mais clara quando se verifica que sua transformação semântica independe dos significados do radical e do sufixo, assim, *barbeiro* passa a ser um “mau condutor” (por metonímia, extraído do significado básico agentivo, por um percurso mais ou menos assim: “que trabalha com *barbas* (usando navalha)” >> “que corta com navalha” >> “que corta” >> “que corta os outros (no trânsito)”, ou ainda o inseto hemíptero reduviídeo *Triatoma infestans* (Klug, 1894) transmissor do protozoário *Trypanosoma cruzi* (Chagas, 1909), “que tra-

balha com *barbas*” >> “que trabalha com rostos” >> “que pica os rostos”. Observe-se que, nesses dois exemplos, reserva-se o símbolo >> para transformações semânticas, ao passo que, como tradicionalmente, o símbolo > indica apenas transformações no nível do significante.

Dessa forma, determina-se que:

- a palavra *ciclista* vem do francês *cycliste*. É preciso investigar como ela foi formada *em francês* e não criar uma paráfrase fantasiosa em português (por meio de formas primitivas como “bicicleta” ou “ciclo”);
- a palavra *tortura* vem do latim: seria errôneo criar paráfrases sincronicamente a partir de *torto*. Deve-se investigar como foi sua criação *em latim*;
- a palavra *poupança* pode ter o significado de “nádegas”, mas é significação secundária. Não entra na paráfrase pois é mudança do significado da palavra e não do sufixo;
- a palavra *barraquista* vem claramente de *barraco* ou de *barraca*, mas significa “aquele que negocia com seringueiros trocando a borracha extraída por gêneros alimentícios; dono dos maniçobais”. É preciso uma investigação muito grande (e por vezes frustrante) para entender por quê, mas a falta de cautela pode conduzir a etimologias fantasiosas. Seria preferível julgá-las como não paráfraseáveis a fazer isso (o mesmo se pode dizer, por exemplo, de *grileiro*).

m) qual o significado do sufixo?

Uma vez feita a paráfrase da palavra em questão e, posteriormente, estabelecidas as descrições parafrásticas mais abstratas, é possível agrupar inúmeros casos em categorias semânticas específicas. O grupo optou por um código trilítere de tipo XXX, inspirado em Rio-Torto,³ aplicável também para prefixos, como se pode ver.

3. Rio-Torto, Graça Maria. *Morfologia derivacional. Teoria e aplicação ao português*. Porto: Porto Editora, 1998. p. 83-132.

O código corresponde ao *valor inicial do sufixo* (não da palavra), independente do fato de a língua de formação ser o português ou não. No caso em que o valor inicial do sufixo for totalmente obscuro, marca-se com três pontos de interrogação, isto é: ????. No caso de não haver alteração alguma entre base e palavra sufixada, usa-se 000.

CLASSES RELACIONAIS:

- PSS (< *posse*) para paráfrases “que tem X”, “que possui X” (-ico, -ado, -ento, -oso, -il, -íaco, -udo);
- GEN (< *gentílico*) para as paráfrases “que é originário/proveniente de X” (-io, -íaco, -ão, -eiro, -eno, -eu, -ês, -ita, -aico, -eta, -ino, -oto, -ano, -ense);
- SEM (< *semelhança*) para as paráfrases “que tem semelhanças com X”, “que evoca X”, “que tem propriedades de X” (-isco, -esco, -il, -engo);
- TIP (< *tipicidade*) para as paráfrases “que é típico de X”, “que é próprio de X”, “que é característico de X”, “que pertence a X”, “situação em que há X”, “situação em que se (V) X”, “que está na posição (de) X” (-esco, -ário, -al, -ada, -ico, -ar, -eiro);
- FIL (< *filiação*) para as paráfrases “que é adepto de X”, “que é simpatizante de X”, “que é partidário de X”, “que crê que se deve V” (-ista, -ico, -ano);
- ATV (< *atividade*) para a paráfrase “atividade associada a X”, “ideologia associada a X”, “filosofia associada a X”, “sistema associado a X” (-ário, -eiro, -ão, -ista, -ia, -ismo);
- LOC (< *local*) para “local onde há X”, “local em que se (V) X” (-al, -il, -eiro, -aria);
- VEG (< *vegetal*) para “planta que produz X” (-eiro);
- DOE (< *doença*) para “doença associada a X” (-eiro);
- QNT (< *quantidade*) para os coletivos e outros *nomina quantitatis* “conjunto de X”, “quantidade de X” (-agem, -ada, -ame, -edo, -io, -aria, -ugem);

- QNL (< *quantidade locativa*) para “quantidade contida em X” (-ada, -eiro);
- RCP (< *recipiente*) para “que contém X” (-eiro, -al, -ário);
- EVN (< *evento*) para “evento localizado em X” (-ada);
- TAX (< *taxonomia*) para “táxon cujo gênero-tipo é X”, “mineral associado a X”, “substância química associada a X” (-áceo, -ídeo, -íneo, -ita, -ato, -eto, -ito, -ico, -oso);
- ESS (< *nomina essendi*) para abstratos formados a partir de paráfrase como “que é X”, o fato de (X) ser X”, “propriedade de (X) ser X” ou para modais do tipo “que pode V”, “que deve ser X”, “que pode ser X”, “que merece ser X” (-dade, -ência, -idão, -ice, -ude, -ez, -ado, -aria, -ato, -ato, -eira, -eza, -ia, -ismo, -ude, -ume, -ura, -vel);
- MOD (< *modo*) para advérbios parafraseados como “de modo X” (-mente);
- CPR (< *comparação*) vide valores avaliativos a seguir;
- DIM (< *dimensão*) vide valores avaliativos a seguir.

CLASSES DE AÇÃO:

- AGE (< *agente*) para a paráfrase “pessoa que V”, “pessoa que V (X)” ou “pessoa que (V) X”, “pessoa que gosta de (V) X”, “pessoa que exerce atividade relacionada com X”, “pessoa que (V em) X” (-or, -eiro, -udo);
- LCA (< *local da ação*) para a paráfrase “local onde se V” (-ório, -or, -nte, -aria, -mento, -ouro);
- INS (< *instrumento*) para “instrumento (com) que (se) V”, “instrumento (com) que (se) V (o X)” (-eiro, -ouro, -ório);
- MOV (< *movimento*) para *nomina actionis* (vide Rio-Torto, 1998, p. 119-120) que envolvam apenas o deslocamento de um ser ou se referem ao próprio deslocamento: “o fato de V”, “ação de V”, “processo de V” (-ada, -mento, -ção, -agem);
- TRS (< *transitivo*) para *nomina actionis* (*id. ibid.*) em que há apenas um agente e um paciente: “o fato de V”, “ação de V”,

“processo de V” (*-mento, -ção, -agem*) ou “transformar (X) em X”, “ação de transformar (X) em X”, “ação de (V) X em”, “ação de V X (em X)”, “ação de causar X” (*-ar, -izar, a-...-ar, es-...-ar, a-...-mento, em-...-ção, -ficar, -ecer, -ear*); idem para golpes, tanto “golpe praticado com X”, “golpe praticado em X” (*-ada*);

- RES (< *resultado*) para *nomina actionis* (*id. ibid.*) em que há grande número de elementos envolvidos na ação ou nas ações: “o fato de V”, “ação de V”, “processo de V”, “estado decorrente de V” (*-ada, -mento, -ção, -agem, -ança*), mas também: “alimento preparado com X” (*-ada*) e “substância extraída de X” (*-ina*).

CLASSES ORIENTACIONAIS:

- INT (< *interior*) para “V para dentro”, “V para fora”, “ação de V para dentro”, “ação de V para fora” (*im-, es-, intro-, extra-*);
- SUP (< *superior*) para “V para cima”, “V para baixo”, “ação de V para cima”, “ação de V para baixo” (*super-, sub-*);
- FRN (< *frontal*) para “que está em frente de X”, “que está atrás de X”, “que V para trás”, “que V para frente” (*pro-, re-, retro-*);
- LAT (< *lateral*) para “que está ao lado de X” (*a-*);
- ENT (< *entre*) para “que está entre dois X”, “que está no meio de vários X” (*inter-, entre-*);
- PRX (< *proximidade*) para “V para perto”, “V para longe”, “ação de V para perto”, “ação de V para longe” (*a-, dis-, com-, trans-*).

CLASSES LÓGICAS E QUANTITATIVAS:

- NEG (< *negação*) para “que não é X” (*a-, im-, des-*);
- DES (< *desfazer*) para “deixar de V” ou “ação de deixar de V” (*des-*);
- NUM (< *número*) para “(ação de) V outra vez” ou noções numerais exatas ou quantidades vagas (*re-, multi-, pluri-, uni-, bi-, tri-, quadri-, mono-, tetra-, cento-, quilo-*).

VALORES AVALIATIVOS:

Observou-se que, semanticamente, tais valores independem do significado nuclear do sufixo, como que formando um elemento à parte. Muitas vezes esse elemento se torna o único significado do sufixo. Para estes casos, portanto, acrescentam-se símbolos >, <, + e – às siglas já apresentadas. Exemplos:

- XXX< para pejorativo (paráfrase: “X ruim”: *-inho, -ão*);
- XXX> para ameliorativo (paráfrase: “X bom” *-inho, -ão*);
- CPR+ para superlativos (paráfrase: “muito X”: *-íssimo, -érrimo, -aço, -ão, super-, hiper-*);
- CPR- para pequena intensidade adjetival (paráfrase: “um pouco X”: *-onho, -inho, -ito*);
- RES+ para ação intensa ou para ação frequente (paráfrases: “que V com frequência/repetidamente”: *-itar, -inhar*);
- RES- para ações pouco intensas (*-iscar*);
- QNT+ para grande quantidade (paráfrase: “que tem muito”: *-udo*);
- QNT- para o caso de *nomina unitatis* (Rio-Torto, 1998, p. 125) (*-eiro*);
- PSS+ para a paráfrase “que tem X grande/intenso” (*-udo, -uço*);
- PSS< para a paráfrase “que tem X ruim” (*-udo, -ão, -inho*);
- PSS> para a paráfrase “que tem X bom” (*-udo, -ão, -inho*);
- DIM+ para aumentativo (paráfrase “X grande”: *-aço, -ão, -arro, -orra, mega-, super-, ultra-, arqu-, supra-, hiper-*);
- DIM- para diminutivos (paráfrase “X pequeno”: *-inho, -ito, -ela, -iço, -icho, -im, -éu, -ote, -ucho, -acho, -ola, -ete, mini-*);

Observação: são possíveis construções como XXX<+.

Há inúmeras posturas com relação à depreensão dos significados dos sufixos. Há os que lhe negam qualquer significado. Outros imaginam que a comutação resolve o problema, o que é desmentido pelos interfixos. Outros ainda imaginam que interfixos não existem, mas formam parte de alomorfes de sufixos. Há quem imagine que formam parte do radical. Onde

fica de fato *-avi-* em uma palavra como *canavial*? Junto com *can-* (alomorfe *canav-*) ou junto com *-al* (alomorfe *-avial*)? De qualquer forma, os interfixos perturbam a concepção didática de signo, uma vez que têm significante, mas não significado. O mesmo ocorre, por exemplo, com as vogais temáticas nas segmentações do tipo *cant-a-r*. Não nos esqueçamos de que algumas posturas teóricas não costumam distinguir sufixos e desinências. Também a transformação de classes promovida pelos sufixos é um problema e nem sempre se pode determinar com clareza se um sufixo, numa determinada palavra já construída, gerou um derivado deverbal ou denominal: é possível afirmar com certeza se *alfinetada* vem de *alfinete* ou de *alfinetar*?

Deve-se, além disso, repensar a denominação do conjunto heterogêneo dos “sufixos derivacionais”, sustentável apenas por razões sintáticas: por definição, um sufixo é apenas qualquer elemento que vem depois do radical, mas isso parece subordinar o objeto de estudo da morfologia à sua composicionalidade.

Por fim, o próprio conceito de “derivação” goza de maior ou menor elasticidade, se incluirmos as derivações regressivas entre elas. Isso para não falarmos dos prefixos, que oscilam, segundo os autores, entre composição e derivação. O inventário de prefixos também depende de modelos assumidos pelos autores. O consenso entre linguistas de determinadas linhas dá-nos mais segurança, mas não convence de que estamos diante de um modelo compromissado ao fato linguístico, que seria a atitude científica esperada.

Com frequência, ignora-se irrefletidamente toda a formação da gramática tradicional em que subjazem e, por isso, a cada momento, os modelos precisam de soluções *ad hoc* para manterem-se, o que, sem dúvida, os fragilizam. Precisamos, na verdade, de definições e de uma base epistemológica segura e nos textos que se seguem, aplica-se a metodologia do GMHP à guisa de uma proposta para os estudos diacrônicos de morfologia. Assumem, assim, por um lado, o inegável fator diacrônico da língua e, por outro, partem dos dados, ou seja, tomam uma atitude assumidamente indutiva. Na direção de soluções para problemas, sem que sejam feitos recortes ou classificações demasiadamente rígidas na triagem dos dados,

será possível que enxerguemos aspectos da linguagem numa inédita riqueza de detalhes, a qual as atuais teorias dedutivas acabam involuntariamente por esconder.

Neste livro, todos os textos foram escritos por integrantes do GMHP, daí a sua uniformidade de pressupostos e metodologia.

Graça Maria Rio-Torto (Universidade de Coimbra), autora que está na base das reflexões de todo o grupo, apresenta em “Desafios em morfologia: história e (re)conhecimento” algumas novas questões acerca da presença da história no léxico, bem como a análise da estrutura interna complexa de nomes e verbos.

Mário Eduardo Viaro (USP), Michael J. Ferreira (Georgetown University) e Zwinglio O. Guimarães Filho (USP), em “Derivação ou terminação: limites para a semântica, lexicologia e morfologia históricas” estudam a gênese do significado do novo sufixo *-Vngo* no eixo diacrônico a partir de palavras com terminação equivalente.

Valéria Gil Condé (USP), em “Estudo comparativo do sufixo *-aria/-eria* nas línguas ibero-românicas do Noroeste Peninsular”, focaliza um estudo contrastivo entre as línguas românicas da România Ibérica e uma possível interferência, devido ao contato linguístico.

Martin Becker (Universität zu Köln), em “O sufixo *-ada* em português — aspectos semânticos e diacrônicos”, faz uma análise do potencial denotativo de um sufixo em particular, estudando minuciosamente no eixo diacrônico as suas diferenças e semelhanças não só nas línguas ibero-românicas, mas também no francês e italiano.

Daniel Kölligan (Universität zu Köln), em “O sufixo latino *-do* e grego *-δών*: origem e desenvolvimento”, também apresenta uma análise detalhada, dessa vez, à luz da indo-europeística e dos estudos comparativos de línguas clássicas.

Nilsa Areán-García (doutora, USP/FAPESP), em “Algumas características do sufixo *-ista*”, aplica o método do GMHP para um sufixo específico da língua portuguesa, desde sua gênese na terminação grega *-ιστής* até a sua disseminação, por meio do latim *-istēs*, às línguas modernas, românicas ou não.

Vanderlei Gianastacio (doutorando, USP), em “A origem do sufixo *-ismo*: da língua grega à latina e desta à portuguesa”, estuda, por sua vez, um sufixo da mesma constelação anteriormente estudada, apontando semelhanças e diferenças semânticas nesse percurso diacrônico particular.

Érica Santos Soares de Freitas (doutoranda, USP/CNPq), em “O sufixo *-mento* sob uma perspectiva diacrônica”, descreve, em sequência, classifica e analisa processos morfológicos motivados nas formações abstratas deverbiais.

Anielle Aparecida Gomes Gonçalves (doutoranda, USP/FAPESP), em “Origem e análise semântica dos sufixos *-agem*, *-igem*, *-ugem*, *-ádego*, *-ádiogo* e *a-ádiga*”, mostra, a partir de uma constelação sufixal, os fenômenos diacrônicos da divergência e convergência, quer sob o aspecto formal, quer sob o semântico.

Alice Pereira Santos (doutoranda, USP/FAPESP), em “Estudo semântico-histórico do sufixo *-udo*”, apresenta a questão da transição entre flexão e derivação no eixo diacrônico, por meio de construções participiais fossilizadas.

Andréa Lacotiz (mestre, USP), em “O surgimento de *-ntia* e sua disseminação nas línguas neolatinas”, discute problema similar, enfatizando a sobrevivência do participio presente latino como base das palavras portuguesas terminadas em *-ança/-ença*, *-ância/-ência*.

Por fim, Mônica Yuriko Takahashi (iniciação científica, FAPESP/RUSP), em “Mudanças semânticas no sufixo *-ada*”, em um dos trabalhos seminiais do GMHP, apresenta uma proposta de árvore genealógica semântica, a partir da análise diacrônica de um sufixo, cuja origem participial é ainda hoje claramente perceptível.